

## **I&D DE SENSORES INTELIGENTES E DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE MONITORIZAÇÃO E TESTES DE INTEROPERABILIDADE**

### **CONVITE À APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**

Informação de Referência:

- EEA PT02 PA objetivo – Bom Estado Ambiental nas águas marinhas e costeiras da Europa
- EEA PT02 PA resultado esperado #2 - Reforço da monitorização das águas marinhas
- Output 2C - Aumento da capacidade de monitorização móvel remota do oceano e das águas costeiras
- Aviso nº 4 – I&D de sensores inteligentes e desenvolvimento de Plataformas de Monitorização e testes de interoperabilidade
- Descrição - I&D em capacidades inovadoras de monitorização do meio marinho em áreas oceânicas remotas

#### **1. ÁREA DE INTERVENÇÃO:**

De modo a manter ou alcançar o Bom Estado Ambiental (BEA) das águas marinhas e costeiras em Portugal, será necessário desenvolver várias capacidades, designadamente as capacidades de monitorização do meio marinho em áreas oceânicas remotas.

Usualmente, a monitorização do meio marinho em áreas oceânicas remotas é efetuada através de sensores tendo por base satélites ou através de observações a partir de navios ou através da utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (UAV), planadores (gliders) ou aeronaves equipadas de forma apropriada à sua missão.

De um modo geral, o sistema de monitorização do meio marinho poderá ser melhorado através da introdução de plataformas inovadoras tais como observatórios marinhos fundeados ou veículos autónomos equipados com sensores adequados e com suficiente autonomia e robustez. De facto, tais plataformas instaladas em áreas específicas de interesse poderão fornecer informação mais fiável e atempada que os satélites, navios e aeronaves, e com custos operacionais mais reduzidos que os

satélites, navios e aeronaves, enquanto aumentam a capacidade de monitorização já assegurada por estes meios.

Todavia, a instalação de tais plataformas em áreas oceânicas remotas compreende vários desafios, tais como:

- Ambiente – As condições meteorológicas e oceanográficas são adversas.
- Comunicações – As comunicações disponíveis são somente as via-satélite.
- Energia – A performance está condicionada à potência disponível.

## **2. OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS PARA OS PROJETOS:**

Os projetos no âmbito deste Convite destinam-se a melhorar a capacidade nacional de monitorização do meio marinho nas áreas oceânicas remotas. Cada uma das tipologias de projetos terá produtos específicos que se destinam a, num futuro próximo, ser parte de um sistema complexo, onde todos os componentes interagem com cada um, de uma forma colaborativa e complementar. Neste sentido, os projetos contribuem para:

- Melhorar a capacidade de avaliar e prever o estado ambiental das águas marinhas e costeiras;
- Melhorar as estratégias temporais, espaciais e tecnológicas para monitorização das águas marinhas e costeiras com base na definição de indicadores;
- O estudo dos ecossistemas, definição de Bom Estado Ambiental (BEA), recuperação das funções e monitorização dos recursos e promoção e conservação do ambiente e da biodiversidade marinha;
- O crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no oceano e áreas costeiras (incluindo a atmosfera), baseado em soluções inovadoras e competitivas;
- Abordar mudanças globais tais como os objetivos relacionados com as alterações climáticas e a sustentabilidade energética;

Os projetos selecionados deverão contribuir para os seguintes indicadores de resultado:

### **1) Aumento da capacidade de monitorização oceânica, fixa ou móvel não-tripulada e aumento das operações de monitorização costeiras**

**Indicador#1** – Número de redes-piloto de observatórios marinhos fixos no mar profundo e em águas pouco profundas

**Meta:** 3 redes-piloto

**Indicador#2** – Número de sistemas de veículos autónomos que operam de forma coordenada e colaborativa para recolha e disseminação de dados do meio marinho e das atividades humanas em áreas oceânicas remotas

**Meta:** 1 sistema

**Indicador#3** – Número de serviços de comunicação para apoiar plataformas inteligentes para a recolha e disseminação de dados do meio marinho e das atividades humanas em áreas oceânicas remotas

**Meta:** 1 serviço

**Indicador#4** – Número de serviços de energia para apoiar plataformas inteligentes para a recolha e disseminação de dados do meio marinho e das atividades humanas em áreas oceânicas remotas

**Meta:** 1 serviço

Os produtos resultantes dos projetos de tipo I deverão compreender tecnologia com nível de maturidade 3 (prova de conceito experimental), de acordo com as definições [TRL HORIZON2020](#)

Todos os produtos resultantes de projetos das tipologias II, III e IV deverão atingir o nível 6 de maturidade tecnológica (tecnologia demonstrada em ambiente relevante), de acordo com as [HORIZON2020 TRL definitions](#).

### **3. TIPOLOGIA DOS PROJETOS:**

As tipologias de projetos elegíveis para submissão no âmbito deste Convite são os seguintes:

#### **Projetos do Tipo I**

Os Projetos do Tipo I destinam-se a implementar a capacidade de recolher e disseminar, através do ambiente nacional comum de partilha de informação marítima (NIPIM@R), os dados do meio marinho em áreas específicas de interesse, tais como as Áreas Marinhas Protegidas.

Tais capacidades deverão ser desenvolvidas considerando como base os observatórios marinhos fixos.

Tais observatórios deverão ser capazes de, entre outros, de:

- Operar no Atlântico (mar profundo e águas pouco profundas)
- Operar por longos períodos de tempo
- Recolher dados ambientais e relativos à vida selvagem
- Recolher dados de plataformas inteligentes ou estações terrestres
- Disseminar dados para estações terrestres ou plataformas inteligentes

### **Projetos do Tipo II**

Os Projetos do Tipo II destinam-se a implementar a capacidade de recolher e disseminar, através do ambiente nacional comum de partilha de informação marítima (NIPIM@R), os dados do meio marinho e das atividades humanas em áreas específicas de interesse, tais como as Áreas Marinhas Protegidas.

Tais capacidades deverão ser desenvolvidas tendo por base sistemas de veículos autónomos que operam de modo coordenado e colaborativo.

Tais veículos deverão ser capazes, entre outros, de:

- Operar no Atlântico
- Operar por longos períodos de tempo
- Realizar missões de acordo com os planos pré-estabelecidos
- Auto-ajustar o plano de missão de acordo com eventos específicos (i.e. tráfego marítimo, poluição)
- Recolher dados ambientais, do tráfego marítimo e da vida selvagem
- Recolher dados de plataformas inteligentes ou de estações terrestres
- Disseminar dados para estações terrestres ou plataformas inteligentes

### **Projetos do Tipo III**

Os Projetos do Tipo III destinam-se a implementar a capacidade de apoiar sistemas de plataformas inteligentes instaladas em áreas oceânicas remotas para recolher dados do meio marinho e das atividades humanas, através do fornecimento de serviços de comunicação em alternativa às existentes comunicações via-satélite, contribuindo de um modo geral, para a sua eficácia e eficiência.

Tais serviços deverão ser capazes, entre outros, de:

- Cobrir vastas áreas no Atlântico
- Ficarem disponíveis por longos períodos de tempo
- Fornecer comunicações de forma atempada, segura e fiável
- Recolher dados de plataformas inteligentes ou estações terrestres
- Disseminar dados para as estações terrestres ou plataformas inteligentes



### **Projetos do Tipo IV**

Os Projetos do Tipo IV destinam-se a implementar a capacidade de apoiar sistemas de plataformas inteligentes instaladas em áreas oceânicas remotas para recolher dados do meio marinho e das atividades humanas, através do fornecimento de serviços de energia de forma a aumentar a sua autonomia, contribuindo de um modo geral, para a sua eficácia e eficiência.

As plataformas que devem implementar esses serviços deverão ser capazes, entre outros, de:

- Operar no Atlântico
- Operar por longos períodos de tempo
- Gerar energia suficiente para fornecer às plataformas inteligentes e para seu auto-consumo
- Recolher dados das plataformas inteligentes e das estações terrestres
- Disseminar dados para as estações terrestres ou plataformas inteligentes

As candidaturas deverão conter um plano de comunicação de acordo com o Anexo 4 do Regulamento dos EEA Grants 2009-2014.

Os Projetos terão de ser finalizados até 30 de Abril de 2016, data final para a elegibilidade dos projetos (ver Capítulo 9).

### **4. FUNDO DISPONÍVEL:**

A dotação do Fundo afeta ao presente Convite é de €1.283.118,00.

### **5. MONTANTES MÁXIMO E MÍNIMO DE FINANCIAMENTO PARA CADA PROJETO:**

Min: € 200.000,00

Max: € 320.779,50

### **6. TAXA DE FINANCIAMENTO DOS EEA Grants:**

A taxa de financiamento não deverá exceder os 85% do total elegível dos custos do projeto.

Os custos remanescentes deverão ser fornecidos ou obtidos pelo Promotor do Projeto. O promotor do projeto deverá demonstrar a sua capacidade de co-financiamento, através de documento que ateste a sua capacidade financeira.

A taxa de financiamento do projeto deverá estar definida a um nível que está de acordo com as regras aplicáveis aos auxílios estatais em vigor e tem em consideração qualquer e todas as restantes formas de apoio financeiro pública aos projetos e/ou ao Promotor do Projeto ou parceiro, quando relevante.

## **7. DATA LIMITE PARA SUBMISSÃO DAS CANDIDATURAS:**

O convite está aberto a partir de 2015/01/30 e **permanecerá aberto até às 23:59:59 TMG do dia 2015/03/30.**

## **8. ELEGIBILIDADE DOS CANDIDATOS E PARCEIROS:**

São consideradas elegíveis para candidatura a projetos, quaisquer Entidades, públicas ou privadas, comerciais ou não comerciais e organizações não-governamentais, estabelecidas com personalidade jurídica no respetivo Estado Beneficiário, bem como organizações intergovernamentais que operem no Estado Beneficiário.

São considerados parceiros elegíveis, quaisquer Entidades, públicas ou privadas, comerciais ou não comerciais, bem como organizações não-governamentais, todas cuja localização principal é tanto nos Estados-Doadores, como nos Estados Beneficiários ou num país fora do Espaço Económico Europeu que tenha uma fronteira com o respetivo Estado Beneficiário, ou qualquer organização intergovernamental, ativamente envolvida em, e efetivamente contribuindo para, a implementação do projeto.

## **9. PERÍODO DE ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS:**

Desde a data de assinatura da decisão de atribuição do apoio financeiro pelo Operador do Programa até **30 de abril de 2016.**

## **10. ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS:**

São consideradas despesas elegíveis as despesas que cumprem o estabelecido nos Artigos 7.2 ao 7.5 do Regulamento de Implementação do EEA Grants 2009-2014. (<http://eeagrants.org/Results-data/Results-overview/Documents/Legal-documents/Regulations-with-annexes/EEA-Grants-2009-2014>)

Para o cálculo dos **overheads/custos indiretos**, ver por favor – Guia – Metodologia de cálculo da taxa fixa a ser aplicada para apuramento dos custos indiretos elegíveis (*overheads*)  
([http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea\\_grants\\_documentos.aspx](http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea_grants_documentos.aspx))

## 11. SUBMISSÃO DAS CANDIDATURAS:

As candidaturas devem ser submetidas, em Português ou Inglês, ao Operador de Programa até à data limite fixada no ponto 7. em formato digital, por correio eletrónico, para o seguinte endereço: [eeagrants@dgpm.mam.gov.pt](mailto:eeagrants@dgpm.mam.gov.pt), através de formulário próprio ao qual serão anexados todos os documentos que constituirão o dossier de candidatura (i.e. *lista* dos documentos a entregar pelo beneficiário e exigidos no âmbito da candidatura).

Adicionalmente, todos os documentos originais, em suporte de papel, devem ser remetidos para a morada que consta no ponto 16 do presente Convite, com o Formulário de Candidatura devidamente assinado e carimbado.

No caso de existir diferenças entre a versão digital e o suporte em papel, deverá prevalecer a versão digital.

O formulário de candidatura e a lista de todos os documentos a apresentar encontram-se disponíveis em [www.dgpm.mam.gov.pt](http://www.dgpm.mam.gov.pt) (sub-menu “EEA Grants”)

Sugere-se que antes de submeter a sua candidatura, consulte a informação sobre o Financiamento dos EEA Grants 2009-2014, disponível no sítio eletrónico da DGPM, em sub-menu “EEA Grants”, nomeadamente, os seguintes documentos:

- Regulamento dos EEA Grants 2009-2014  
<http://eeagrants.org/Results-data/Results-overview/Documents/Legal-documents/Regulations-with-annexes/EEA-Grants-2009-2014>
- Manual de Procedimentos do Beneficiário  
[http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea\\_grants\\_documentos.aspx](http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea_grants_documentos.aspx)
- Guia – Descrição do Processo de Seleção  
[http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea\\_grants\\_documentos.aspx](http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea_grants_documentos.aspx)
- Guia – Metodologia do cálculo da taxa fixa a aplicar para apuramento dos custos indiretos elegíveis (*overheads*)  
[http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea\\_grants\\_documentos.aspx](http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea_grants_documentos.aspx)

## 12. PROCESSO DE SELEÇÃO E DE DECISÃO:

Somente as candidaturas que reúnem as condições de acordo com a legislação nacional e comunitária, o Regulamento dos EEA Grants 2009-2014, o Manual de Procedimentos do Beneficiário e com o presente Convite, são aceites para o processo de seleção.

O processo de seleção e aprovação dos projetos é realizado em duas fases sequenciais, de acordo com:

### 1ª fase – Verificação Administrativa

- **Correta instrução do processo de candidatura** – verificação se a candidatura, nomeadamente o Formulário de Candidatura, foi corretamente preenchido e se todos os anexos necessários e obrigatórios foram anexados em conformidade;
- **Cumprimento administrativo e de elegibilidade** - verificação do cumprimento dos requisitos administrativos e de elegibilidade;

**2ª fase – Seleção** – A classificação final do projeto será atribuída através da aplicação dos critérios de seleção aprovados pelo Operador do Programa e anunciados pelo presente Convite.

Todas as fases sequenciais são eliminatórias.

Durante estas fases existirá uma comunicação dirigida ao candidato, e lugar a processo de recurso sempre que as candidaturas não reúnam os requisitos necessários e obrigatórios.

Cada candidatura será pontuada numa escala de 0 a 5 pontos, de acordo com os critérios de seleção definidos no ponto 13 do presente Convite.

Os critérios de seleção permitem avaliar a capacidade do candidato para concluir a ação proposta, nomeadamente:

- **Capacidade operacional** do promotor e parceiros: competências profissionais e/ou institucionais, qualificações e requisitos necessários para implementar o projeto;
- **Capacidade financeira**, garantindo assim os fluxos financeiros suficientes e estáveis para manter a sua atividade durante o período em que o projeto está em execução e para participar no seu financiamento;
- **Capacidade Técnica**, assegurando a qualidade do projeto e sua contribuição para os objetivos, bem como para os resultados do programa e respetivos produtos.

Dois especialistas independentes e imparciais deverão (separadamente) avaliar os projetos de acordo com os critérios de seleção publicados no ponto 13 do presente Convite. Para efeitos de classificação dos projetos, deverá ser utilizada uma média das classificações atribuídas pelos especialistas.

Se a diferença entre a pontuação dada pelos dois especialistas for superior a 30% da pontuação mais elevada, o Operador do Programa deverá nomear um terceiro perito para avaliar os projetos de forma independente. Nesse caso, deverá ser utilizada uma média das classificações dos dois valores mais próximos, para a classificação dos projetos.

O Operador de Programa fornecerá ao Comité de Seleção a lista de classificação dos projetos.

O Comité de Seleção deverá rever a lista de classificação dos projetos, e poderá alterá-la, em casos justificados. A justificação para essa alteração, deverá constar na ata da reunião do Comité de Seleção. Se desta alteração resultar uma rejeição do projeto, o respetivo candidato deverá ser informado por escrito sobre a justificação para esta alteração. O Comité de Seleção deverá submeter a lista dos projetos recomendados para o Operador de Programa.

O Operador de Programa deverá verificar se o processo de seleção foi conduzido de acordo com o Regulamento dos EEA Grants e se as recomendações do Comité de Seleção cumprem as regras e os objetivos do Programa. Após esta verificação, o Operador de Programa (Órgão de Decisão), com base na recomendação do Comité de Seleção, deverá tomar uma decisão sobre quais os projetos que devem ser apoiados. No caso do Órgão de Decisão alterar a decisão do Comité de Seleção, deverá informar o Comité de Seleção e fornecer a devida justificação.

A seleção dos projetos será realizada por **Concurso aberto**, isto é, as candidaturas que preenchamos requisitos mínimos serão hierarquizadas por ordem decrescente, de acordo com a pontuação resultante da avaliação dos critérios de seleção previstos no ponto 13 do presente Convite. Serão atribuídas apoios financeiros às candidaturas com pontuações mais elevadas, dentro da alocação financeira para cada Convite.

As candidaturas que tenham qualidade suficiente, mas que não recebam apoio financeiro devido a limitações de financiamento restritas a cada Convite, deverão ser classificadas e colocadas em lista de reserva.

Caso não sejam afetadas verbas, poderá ser lançado um segundo Convite e deverão ser disponibilizadas algumas verbas remanescentes para reafecção.

Não serão selecionadas as candidaturas, para atribuição de financiamento, que obtenham **menos de 2,5 pontos**.

São fornecidos mais detalhes no ponto 13 do presente Convite.

### 13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

#### a. Critérios de Seleção

Na seleção das candidaturas, de acordo com as tipologias de projetos previstas no ponto 2 do presente Convite, serão aplicados os critérios de seleção, e os coeficientes de ponderação, conforme o quadro seguinte:

Critério de Seleção	Coefficiente de Ponderação (P)	Caraterísticas indicativas	Critério de Classificação (CC) (pontos) *	Classificação Final (CF)
<b>1. Contributo para os objetivos do Programa e para os resultados esperados e produtos</b>	<b>30%</b>	Demonstração do contributo para os objetivos gerais, resultados esperados e produtos: a) Alcançar e manter o Bom Estado Ambiental (BEA) nas Águas Marinhas e Costeiras da Europa? (25%) b) Reforço das Relações Bilaterais com os Estados Doadores? (25%) c) Demonstração do contributo do projeto para os resultados esperados do Programa e produtos? (50%)	25% * CC1a  25% * CC1b  50% * CC1c	
<b>2. Coerência técnica e compreensão</b>	<b>30%</b>	a) Identificação e compreensão das necessidades específicas que a candidaturas e propõe resolver? (20%) b) Demonstração de conhecimento aprofundado e experiência relevante para o desenvolvimento do projeto em conformidade com os objetivos que se pretendem alcançar? (20%) c) Qualificação dos membros da equipa nas matérias do presente Convite para o projeto, conforme demonstrado por qualificações académicas relevantes e suficientes (para membros seniores poderá significar vários anos) e experiência profissional relevante? (20%) d) Identificação distinta, relevante e realista dos produtos? (20%) e) Viabilidade, clareza, lógica e coerência da proposta? (20%)	20% * CC2a  20% * CC2b  20% * CC2c  20% * CC2d  20% * CC2e	

<p><b>3. Abordagem e valor acrescentado</b></p>	<p><b>20%</b></p>	<p>a) São propostas medidas envolvendo <i>stakeholders</i>, garantindo a visibilidade do projeto? (35%)</p> <p>b) Complementaridade com os projetos identificados no Plano de Ação – Mar Portugal da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 – Área Programática/Oceano – Programa de Ação “Diretiva-Quadro Estratégia Marinha”; Área Programática/Governança – Programa de Ação “Administração”, “Educação, ciência e tecnologia” e “Identidade e Cultura”? (35%)</p> <p>c) Relevância dos resultados esperados e do impacto potencial em termos de estimulação de melhores práticas, inovação e demonstração? (30%)</p>	<p>35%*CC3a</p> <p>35%*CC3b</p> <p>30% * CC3c</p>	
<p><b>4. Coerência e disponibilidade financeira</b></p>	<p><b>20%</b></p>	<p>a) Viabilidade do projeto proposto em termos de coerência de recursos e cronograma? (30%)</p> <p>b) Demonstração de que o projeto é implementado com o objetivo de alcançar a eficiência económica? (35%)</p> <p>c) Orçamento: consistência das despesas com as atividades previstas? (35%)</p>	<p>30%*CC4a</p> <p>35%*CC4b</p> <p>35%*CC4c</p>	

* Pontuação CC	Significado
0	Sem contributo
1	Muito pobre
2	Pobre
3	Adequado
4	Bom
5	Muito Bom

**b. Classificação a atribuir a cada critério de seleção**

As candidaturas admitidas serão classificadas segundo cada critério, numa escala de 0 a 5 pontos.

### c. *Classificação Final*

A Classificação Final (CF) de cada candidatura é estabelecida na escala de 0 a 5 pontos por somatório das classificações dos critérios, através da seguinte fórmula:

$$CF = P_1 * (25\% * CC_{1a} + 25\% * CC_{1b} + 50\% * CC_{1c}) + P_2 * (20\% * CC_{2a} + 20\% * CC_{2b} + 20\% * CC_{2c} + 20\% * CC_{2d} + 20\% * CC_{2e}) + P_3 * (35\% * CC_{3a} + 35\% * CC_{3b} + 30\% * CC_{3c}) + P_4 * (30\% * CC_{4a} + 35\% * CC_{4b} + 35\% * CC_{4c})$$

Em que:

- P<sub>1</sub>... P<sub>4</sub> = Coeficiente de Ponderação

- CC<sub>1a</sub>... CC<sub>4c</sub> = Critério de Classificação

(A classificação será estabelecida até à 2ª casa decimal sem arredondamento)

A candidatura a submeter no âmbito do presente Convite só pode ser objeto de aprovação se obtiver uma classificação final **igual ou superior a 2,5 pontos**, resultante da aplicação dos critérios de seleção e da metodologia apresentada.

A candidatura que obtiver uma pontuação final **inferior a 2,5 pontos** será excluída para efeitos de atribuição do apoio financeiro.

O financiamento das candidaturas dependerá também do montante total disponível, previamente estabelecido no ponto 4 do presente Convite.

As candidaturas que obtiverem uma pontuação final **igual ou superior a 2,5 pontos** são classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação da avaliação dos critérios de seleção e considerando a dotação financeira disponível.

## 14. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO BENEFICIÁRIO:

A comunicação sobre a decisão final das candidaturas será efetuada ao beneficiário dentro de 45 dias úteis, contados a partir do prazo final estabelecido para a submissão das candidaturas, especificado no ponto 7. do presente Convite.

O Operador de Programa deverá notificar os candidatos relativamente aos resultados do processo de seleção dentro de 10 dias úteis e publicitar os resultados nos sítios eletrónicos onde o Convite foi disponibilizado.



## 15. MODALIDADES DE PAGAMENTO:

Na sequência da atribuição do apoio financeiro, e após a assinatura do contrato do projeto por ambas as partes, o Operador do Programa poderá efetuar pagamentos aos beneficiários através das seguintes modalidades:

- **Adiantamento:** Cada promotor do projeto, após a assinatura do contrato do projeto, pode receber um adiantamento para cobrir o período até o próximo pagamento intercalar, o qual em circunstâncias normais, não deve exceder 10% do valor total do apoio financeiro, dependendo das necessidades de liquidez. Excepcionalmente e em casos devidamente justificados, esse percentual pode aumentar até 25%. O promotor do projeto tem de fornecer uma previsão indicativa das despesas a realizar, para comprovar o montante de Fundo solicitado. O adiantamento é pago dentro de 20 dias úteis após assinatura do contrato do projeto.
- **Pagamento Intermédio:** Os promotores devem apresentar trimestralmente os pagamentos intermédios. O pagamento intermédio é composto pelas despesas propostas para o período do relatório atual, e a diferença entre as despesas propostas e o montante das despesas efetivamente incorridas em período anterior. Os prazos para a submissão e revisão de relatórios trimestrais serão definidos no contrato de financiamento do projeto.
- **Pagamento Final:** a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios não pode exceder 90% do total do apoio financeiro do projeto a qualquer momento durante a execução do projeto. O pagamento do saldo final será efetuado dentro de 30 dias corridos após a aprovação do relatório final.

## 16. CONTATOS:

Contato de correio eletrónico para informações e submissão de candidatura:

[eeagrants@dgpm.mam.gov.pt](mailto:eeagrants@dgpm.mam.gov.pt)

Morada:

Direção-Geral de Política do Mar - Ministério da Agricultura e do Mar

Av. De Brasília, nº 6 – 1449-006 ALGÉS - PORTUGAL

Telefone: (+351) 21 8291000